

# Região indica que cota zero de importação a carros elétricos fragiliza empresas nacionais

Medida será renovada por seis meses, com limite de US\$ 463 milhões, a partir de quarta

BEATRIZ MIRELLE  
beatrizmirello@dgbabc.com.br

A nova rodada de cotas adicionais de importação com alíquota zero para veículos elétricos entrará em vigor nesta quarta-feira (1º), com validade de seis meses. A medida foi aprovada na semana passada pelo Gecex (Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior), que estabeleceu limite de US\$ 463 milhões para veículos CKD (totalmente desmontados) e SKD (semi desmontados). Entidades do Grande ABC criticam a renovação, em sintonia com a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), que ameaça judicializar o caso.

O Gecex informa que, ao passar do teto, serão cobradas taxas de 35% para os semidesmontados já a partir do mês que vem. Já para os modelos desmontados, a cobrança continua de 14% até o fim deste ano e sobe para 35% em janeiro de 2027.

A principal beneficiada é a BYD, que solicitou a renova-

ção e opera no sistema SKD na fábrica de Camaçari, na Bahia. A GWM, outra montadora chinesa que começou a produzir em Iracemápolis, no Interior paulista em 2025, diz que não pediu a volta do benefício.

“A história da alíquota zero foi importante para consolidar investimentos no Brasil. O grande debate gira em torno da BYD e nós vemos que ela já alcançou bons resultados. De agora em diante, isso vai prejudicar o mercado. Estamos dialogando com a Anfavea. As montadoras já anunciaram aportes sob a perspectiva de retomada do mercado com os programas do próprio governo federal. Enxergamos que a nova decisão como um problema”, diz o presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Aroaldo Silva.

Ele indica que momentos como esse são importantes para provocar a unificação do setor de forma contínua, não apenas diante desafios. “Devemos organizar melhor como absorvemos as demandas e ofertar soluções mais eficazes



INDÚSTRIA. BYD, que monta carros na Bahia, é uma das empresas mais beneficiadas com a isenção

para pensar no futuro do Grande ABC”, afirma.

Para a Anfavea, a medida foi tomada sem consultar o setor e acende grandes preocupações. A entidade considera que a indústria já respondeu aos estímulos criados pela política pública e a discussão deixou de ser como acelerar a entrada dos veículos eletrificados no Brasil. “Em 2025, os veículos eletrificados produzi-

dos no País responderam por 25,9% das vendas do segmento. Já no acumulado até maio de 2026, o mercado atendido por veículos produzidos no Brasil cresceu 57% na comparação com o mesmo período de 2025.”

Também ressalta que a ampliação ocorre em um momento em que a produção local está em expansão e isso reduz os incentivos para a evolução produtiva esperada dessa nova etapa da indústria automotiva. “A decisão contraria a sinalização que orientou investimentos anunciados sob as re-

gras vigentes e gera insegurança para empresas que estruturaram projetos considerando o cronograma estabelecido pelo próprio governo.”

O presidente eleito do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wellington Damasceno, avalia que a renovação não terá impactos imediatos na região, mas não vê sentido para ter acontecido. “Ela passa um recado muito divergente das políticas implementadas pelo governo Lula para incentivo da indústria nacional. As cotas servem para segmentos que ainda precisam experimentar

e entender a dinâmica do nosso mercado. Hoje, os eletrificados já têm seu espaço”, opina.

Na avaliação dele, a ação pode criar efeitos colaterais a médio prazo, ao ser interpretada como um benefício para quem produz no Exterior. “Ela incentiva que as empresas comecem a percorrer um caminho muito perigoso para nós, que é apostar na importação de CKD e SKD para ter algum tipo de benefício, em detrimento da produção nacional. Vão entender que é mais vantajoso trazer o produto do que fabricar localmente”, exemplifica.

Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, o vice-presidente da GM (General Motors) América do Sul, Fabio Rua, criticou a renovação. “Nós respeitamos a decisão do governo, mas temos uma posição 100% alinhada com a Anfavea. Não entendemos que a indústria brasileira vai se fortalecer com medidas unilaterais, que têm como objetivo favorecer um competidor. Foi desconfortável, eu não posso negar.”

Na última quarta-feira, a GM anunciou aporte de R\$ 3,5 bilhões no Brasil, mas não detalhou quanto do montante será destinado à unidade de São Caetano. Também com unidade na região, a Volkswagen não se pronunciou sobre o caso dos eletrificados.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia Pagina: 6